

Recomendações de Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade

MAPUTO

Sumário Executivo

Recomendações de Ações
para a Resiliência e a Sustentabilidade

MAPUTO

Sumário Executivo

As *Recomendações de Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade* (RAR-S) propostas neste relatório, e o trabalho realizado para a sua definição, surgem como um resultado da iniciativa “Tornando cidades sustentáveis e resilientes: Implementando no quadro de trabalho de Sendai para a redução de riscos de desastres 2015-2030” – ação *Making Cities Resilient Campaign* (MCRS) - a nível local. Esta ação do MCSR é uma iniciativa conjunta da UNISDR e ONU-Habitat e possui apoio financeiro da Comissão Europeia (EC DEVCO). O seu objetivo geral é melhorar a compreensão e a capacidade de abordar os riscos de desastres e construir resiliência a nível local, apoiando estratégias nacionais e locais de redução de riscos de desastres (DRR) e adaptação às mudanças climáticas, ao mesmo tempo que se concentra na capacitação local.

Desde o seu lançamento, em abril de 2016, a iniciativa do MCSR apoiou mais de 25 governos locais na adoção de abordagens sólidas e confiantes em relação aos planos de Risco e Resiliência nas suas cidades, através de ferramentas e metodologias adaptadas, ao mesmo tempo que fomentam o aumento das suas capacidades. O presente relatório pretende apresentar os resultados e o percurso previsto para cidade de Maputo, de forma detalhada, com base na análise de resiliência e de um diagnóstico direcionado, através da Ferramenta de Análise de Resiliência da cidade (do acrónimo CRPT, em inglês). A ONU-Habitat e o Município de Maputo colideraram a implementação do CRPP na cidade de Maputo e tiveram sucesso nos desafios vinculados à obtenção de dados e à sua revisão, assim como na consecução do compromisso dos atores necessários no processo actual e futuro.

Este relatório apresenta de forma detalhada as principais descobertas, a análise, o diagnóstico, o atingimento do compromisso e as *Recomendações de Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade* propostas para Maputo.

O Conselho Municipal de Barcelona facilitou a implementação do projeto tanto através do apoio à equipe do Município de Maputo, quanto através do seu apoio contínuo ao trabalho normativo e operacional da ONU-Habitat. A organização Arquitetura sem Fronteiras também apoiou esta iniciativa em projetos em andamento na cidade de Maputo. Por último, gostaríamos de agradecer ao Município de Maputo e à EC DEVCO por tornarem este relatório possível e encorajamos a todos os participantes do projeto a continuarem a ser proactivos no progresso da cidade em direção à resiliência.

Introdução

Introdução

Como cidade-piloto do projeto “Tornando cidades Sustentáveis e Resilientes” (Making Cities Resilient and Sustainable -MCRS-), o ONU-Habitat tem, nos últimos dois anos, desenvolvido um trabalho de estreita colaboração com o Município de Maputo com o intuito de criar um perfil abrangente da cidade e definir recomendações de ações para melhorar a sua resiliência através da Ferramenta de Perfil da Resiliência da cidade (CRPT). O Programa de Perfil da Resiliência das cidades (CRPP) agradece ao governo local de Maputo pelo seu compromisso de trabalhar como cidade-piloto do projeto MCRS. Apesar da existência de iniciativas anteriores, especificamente focadas nos diferentes aspetos relacionados à redução de riscos e à resiliência urbana, o município de Maputo aceitou de forma muito aberta a implementação do CRPP devido à sua abordagem transversal que pode conduzir a inovações no processo de construção de um conceito de resiliência integrada entre os diferentes sectores urbanos.

O CRPP proporciona uma estrutura universal de análise que utiliza dados verificáveis e contextualizados da cidade para estabelecer o seu perfil de resiliência e para desenvolver um diagnóstico abrangente dos seus desafios mais urgentes. Tanto o perfil quanto o diagnóstico estabelecem uma base para a criação de Ações para a Resiliência (A4R) baseadas em evidências que serão incorporadas às estratégias de desenvolvimento urbano e aos processos de gestão existentes. Este processo foi concebido para apoiar o governo local na adoção de estratégias de tomada de decisão conscientes e informadas com o intuito de promover um desenvolvimento urbano resiliente e sustentável, no Município de Maputo.

O relatório de Recomendações de Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade (RAR-S), representa o culminar do trabalho realizado como parte da implementação do CRPP em cada cidade-piloto. Com o propósito de orientar o leitor e fornecer uma perspetiva geral de todas as seções constituintes do processo analítico – através do qual as Ações para a Resiliência são desenvolvidas – este capítulo apresenta, de forma breve, a metodologia CRPP. A descrição da metodologia não é, de modo algum, exaustiva, mas apresenta-se como uma base para os resultados analíticos apresentados nos capítulos subsequentes. Por outras palavras, embora o relatório RAR-S procure traduzir, de forma resumida, o processo multifacetado de implementação, as metodologias de análise e de diagnóstico, assim como, a definição de recomendações concretas para ações de construção de resiliência nas cidades-piloto, o mesmo não procura definir uma estrutura detalhada nem para a base metodológica – a partir da qual o CRPT foi desenvolvido – nem para o processo analítico no seu todo, dada a sua extensão.

Com base nesta breve visão metodológica, este capítulo providencia uma explicação do escopo e profundidade da análise explorada neste relatório.

CRPP: conceitos principais

A ferramenta emblemática da ONU-Habitat para a resiliência urbana – Ferramenta de Perfil da Resiliência da cidade – estabelece uma abordagem transversal de diagnóstico e de ações para o desenvolvimento urbano sustentável com base no conceito de resiliência. A sua metodologia é baseada na definição de resiliência urbana pela ONU-Habitat – descrita abaixo – a qual engloba uma abordagem teórica seguida por uma descrição mais prática sobre as implicações e os esforços envolvidos num processo de desenvolvimento urbano resiliente.

Estas definições e conceitos são extremamente importantes para as cidades que implementam a CRPT, assim como para os parceiros envolvidos no processo, uma vez que representam o resumo

A Resiliência urbana é a capacidade mensurável de qualquer sistema urbano, em conjunto com os seus habitantes, de manter a sua continuidade através de todos os choques e estresses, enquanto se adapta e se transforma, de forma positiva, rumo à sustentabilidade.

Uma cidade resiliente avalia, planeia e age com o intuito de se preparar para responder a perigos – naturais e humanos, súbitos ou de início lento, esperados ou inesperados – a fim de proteger e melhorar a vida das pessoas, assegurar objetivos de desenvolvimento, fomentar um ambiente de investimento e impulsar mudanças positivas.

dos objetivos gerais de qualquer centro urbano. Sem um entendimento compartilhado, catalisar o engajamento das partes interessadas e conquistar a adesão dos parceiros é um desafio.

Para além destas definições, os seguintes Princípios de Resiliência Urbana foram desenvolvidos para guiar o processo de fortalecer a resiliência urbana nas cidades. É importante ressaltar que estes princípios estão incorporados na estrutura, no desenvolvimento e no processo de implementação do CRPP.



Princípio 1 Natureza dinâmica da resiliência urbana

A resiliência não é uma condição, mas sim um estado que não pode ser sustentado a menos que o sistema evolua, se transforme e se adapte às circunstâncias e mudanças atuais e futuras. Portanto, a construção de resiliência requer a implementação de planos e ações flexíveis e específicos para cada contexto, que possam ser ajustados à natureza dinâmica dos riscos e da resiliência



Princípio 2 Abordagem sistêmica para as cidades

Reconhecendo que as cidades são compostas por sistemas interconectados através de redes complexas e que, determinadas mudanças numa das partes, têm o potencial de se propagar por toda a rede, a construção de resiliência requer uma abordagem ampla e holística que leve em consideração essas interdependências quando o sistema urbano é exposto a perturbações;



Princípio 3 Promover a participação no planeamento e governança

Um sistema resiliente garante a preservação da vida, a minimização dos impactos e procura uma melhoria da "prosperidade" dos seus habitantes, promovendo a inclusão e fomentando a participação abrangente e significativa de todos, particularmente daqueles que se encontram em situações vulneráveis, no planeamento e em vários processos de governança. Tal abordagem pode garantir o senso de propriedade, conseguindo assim a implementação bem-sucedida de planos e ações;



Princípio 4 Engajamento de múltiplos atores

Um Sistema resiliente deveria assegurar a continuidade da governança, da economia, do comércio e de outras funções e fluxos dos quais os seus habitantes dependem. Isso torna necessário promover a comunicação aberta e facilitar a colaboração integrada entre uma ampla gama de atores que vão desde as entidades públicas, o setor privado, a sociedade civil, e a academia até todos os habitantes da cidade;



Princípio 5 Esforço para as metas de desenvolvimento

A construção da resiliência deve direcionar, salvaguardar e sustentar os objetivos de desenvolvimento. As abordagens para a resiliência devem assegurar que os esforços para reduzir riscos e minimizar certas vulnerabilidades não geram ou aumentam outros esforços. Deve garantir que os direitos humanos são cumpridos, respeitados e protegidos sob quaisquer circunstâncias.

CRPP: metodologia e alinhamento com a agenda internacional 2030

A implementação do CRPP é caracterizada por quatro etapas que se sobrepõem: 1) recolha de dados, 2) análise, 3) diagnóstico e 4) recomendações de ações para a resiliência. Para um melhor entendimento sobre como os dados recolhidos se traduzem em ações concretas, é necessário esclarecer como esses processos-chave de implementação são almeçados e relacionados entre si. O processo de implementação é discutido brevemente na seção a seguir.

Para facilitar a recolha de dados e as fases de análise, a CRPT é estruturada em quatro grupos chamados SETs. Cada SET tem um foco específico, através do qual as informações que cobrem todo o sistema urbano são mapeadas, analisadas e interrelacionadas. Os dados analisados ao longo destes SETs, e subsequentemente apresentados neste relatório, derivam de bases de dados existentes, documentos oficiais, pesquisas e publicações, entre outras fontes fiáveis. Embora muitos desses dados forneçam informações quantitativas para realizar análises baseadas em evidências da cidade, as conclusões são complementadas por fontes qualitativas recolhidas através de workshops, leituras especializadas, etc., na tentativa de captar as subtilezas da cidade e o seu contexto. Em conjunto, a recolha e a análise de dados quantitativos e qualitativos conduzem a um diagnóstico abrangente e profundo da cidade, fornecendo assim, uma base para o desenvolvimento de ações para a resiliência.

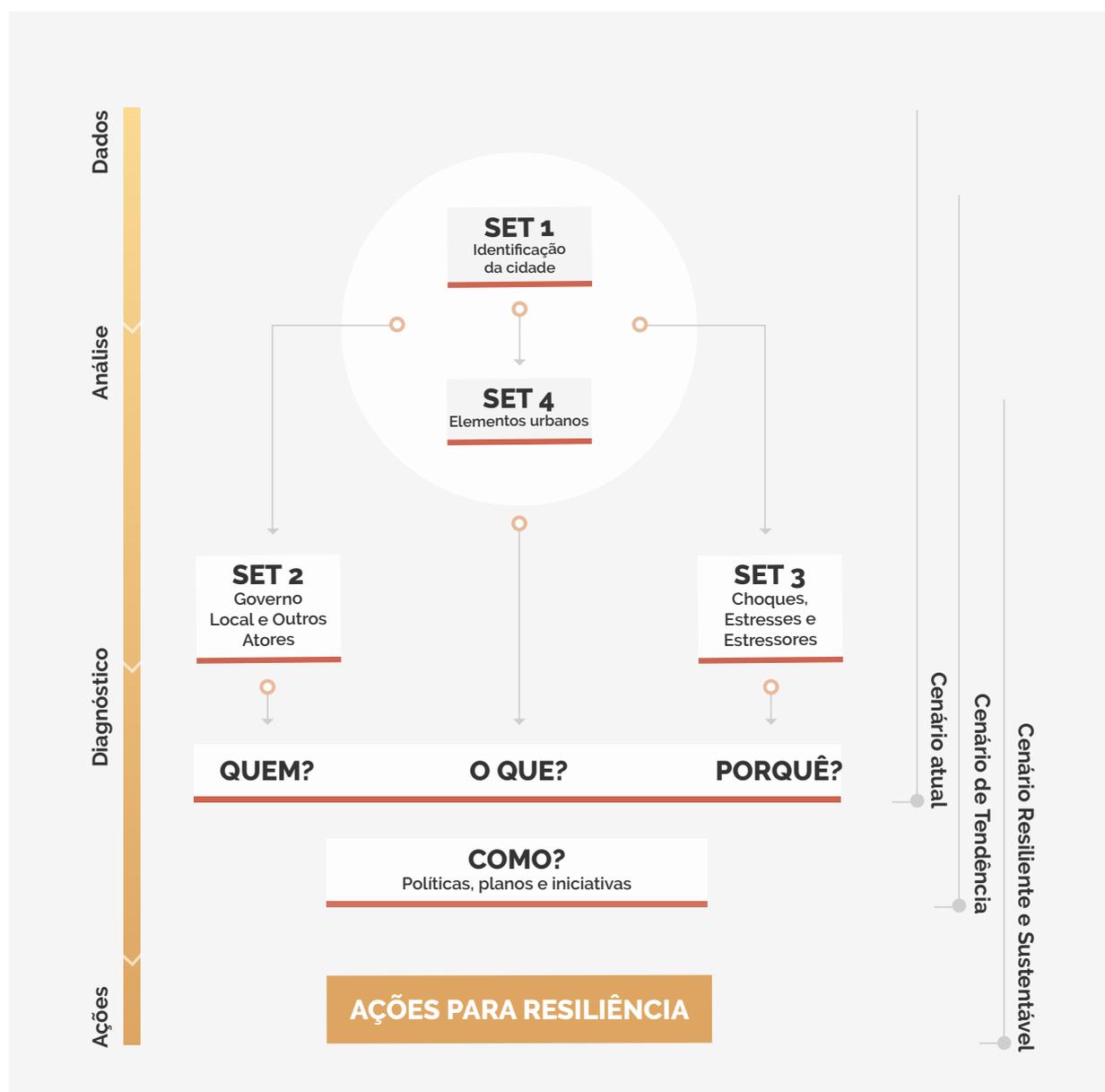


Figura: Diagrama do Processo de Implementação do CRPP. Fonte: CRPP (2018).

Como ilustrado no diagrama anterior, os dados são primariamente recolhidos no SET 1 – Identificação da cidade (City ID), para obtenção de informação relacionada ao contexto, e no SET 4 – Elementos Urbanos, para informações relacionadas à performance. Esses dados fornecem uma base para analisar os pontos fortes e fraquezas do Sistema Urbano e o seu desempenho – o QUÊ.

Seguindo este conjunto de dados que compreendem o QUÊ, as informações recolhidas relativamente aos principais atores envolvidos (incluindo o governo local) e os choques, estresses e desafios (aos quais a cidade é mais ou menos vulnerável) são incorporados à análise.

No SET 2, a informação é utilizada para analisar o papel e as relações de diferentes instituições e organizações que atuam na cidade e para determinar os fatores mais influentes – QUEM. Este QUEM é captado no Governo Local e Análise de Stakeholder - o qual fornece uma breve descrição da estrutura, papel e responsabilidades do governo local. Além disso, é providenciada uma visão geral das principais partes interessadas externas ao governo local (por exemplo, governos regionais, provinciais, nacionais, empresas privadas, organizações comunitárias, ONGs, etc.).

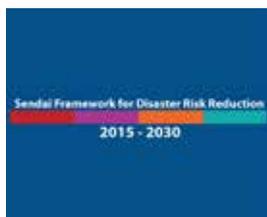
O SET 3 produz informações sobre a existência e priorização dos choques, estresses e desafios na cidade - o PORQUÊ. Choques, Estresses e Desafios – examina o PORQUÊ fornecendo uma visão geral dos vários riscos enfrentados pela cidade. Para começar, este capítulo avalia os vários choques que a cidade potencialmente enfrenta e resume o processo analítico através do qual a priorização de choques foi determinada (se inclui ou não, e em que medida, as medidas de redução de risco foram estabelecidas).

Por último, as informações sobre os processos de desenvolvimento existentes (por exemplo, políticas, planos e iniciativas existentes) fornecem uma lente através da qual se aplicam os resultados obtidos através dos dados recolhidos nos supracitados SETs. Essas informações são organizadas num inventário que as mapeia de forma coerente em relação a QUAIS os problemas, QUEM é capaz de agir e PORQUÊ, qual ação deve ser levada a cabo, para determinar as áreas atuais de foco, lacunas e sobreposições – para formular COMO agir. Este processo projeta uma imagem da trajetória potencial da cidade, construindo o cenário de tendência.

O resultado destes processos de análise prioriza e implementa linhas de ação ou áreas temáticas prioritárias que são desenvolvidas durante um workshop que consolida os resultados da CRPT e integra as contribuições do governo local e de outros atores envolvidos. Estas contribuições são extremamente relevantes e contribuem para o desenvolvimento de um processo participativo e consensual focado no conceito de resiliência. As Linhas de Ação exploram, portanto, as questões temáticas resultantes deste processo de diagnóstico, apresentando-se como o resultado das conclusões dos dados recolhidos e dos esforços analíticos preliminares, em combinação com as contribuições dos principais atores envolvidos no processo de implementação. Essas linhas de ação podem variar em termos de escopo, mas estão diretamente relacionadas a informações quantitativas e qualitativas, o que representa uma síntese de cada etapa metodológica na implementação do CRPP.

Esta metodologia foi desenvolvida em alinhamento com estruturas intergovernamentais globais, tais como: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Marco de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres, Acordo de Paris sobre Mudança Climática, Cúpula Mundial Humanitária - Agenda para a Humanidade e a Nova Agenda Urbana. Alinhar o CRPP com essas estruturas permite que os governos locais que implementaram a CRPT desenvolvam um melhor entendimento, relatem e cumpram as metas.

Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres



O Marco prevê a resiliência em todos os níveis, desde o nível local aos níveis regional e nacional. A CRPT contribui para o objetivo geral do documento que passa pela redução do nível de vulnerabilidade a desastres e o aumento da capacidade de resposta e de recuperação, incluindo contribuições para as Quatro Prioridades de Ação:

- Prioridade 1. Contribuição: Construir conhecimento baseado em evidências sobre a redução do risco de desastres;
- Prioridade 2. Contribuição: Fortalecer as estruturas governamentais no combate ao risco de desastres através da adoção de planos e estratégias;
- Prioridade 3. Contribuição: Investimento na redução de riscos e na resiliência urbana;
- Prioridade 4. Contribuição: Aumento da capacidade de preparação dos atores e desenvolvimento de uma abordagem focada em "reconstruir melhor", no processo de reconstrução.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



A Resiliência Urbana relaciona-se com os elementos principais do desenvolvimento urbano sustentável e com os objetivos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável pós-2015, principalmente em relação aos objetivos 1, 2, 3, 9, 11, 13 e 14 onde a resiliência é mencionada, mas também noutros objetivos onde o conceito de resiliência está implícito. O conceito de resiliência é também um forte componente de muitos dos objetivos citados no preâmbulo e parágrafos 7, 9, 14, 23, 29 e 33 da Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Acordo de Paris sobre Mudança Climática



O artigo 7 apela ao fortalecimento da resiliência face às mudanças climáticas na procura de um desenvolvimento sustentável. Ao envolver os governos locais nesses esforços, a resiliência nas cidades contribui para os seguintes princípios do Acordo de Paris:

- Adaptação (lidar com os impactos da mudança climática);
- Perda e Dano (minimizar perdas e danos ligados à mudança climática);
- Papel das cidades (construir resiliência).



Cúpula Mundial Humanitária - Agenda para a Humanidade

As principais responsabilidades definidas na Cúpula Mundial Humanitária estão fortemente relacionadas com a construção da resiliência. A abordagem adotada pela ONU-Habitat para promover resiliência contribui para as Prioridades Fundamentais 1D, 4A, 4B, 4C e 5A.

Nova Agenda Urbana



O conceito de resiliência está relacionado com alguns dos principais objetivos da Nova Agenda Urbana acordada pelos Estados Membros durante o Habitat III, tais como:

- Novos paradigmas do planeamento urbano para a resiliência.
- Marcos legais e regulamentares para capacitar e governar o desenvolvimento urbano
- Análise dos riscos inerentes às áreas urbanas.
- Promover boas práticas relacionadas à economia local e estratégias de promoção de cidades seguras e sustentáveis.

CRPP: construção de Ações para a Resiliência

As Ações para Resiliência (A4R) constituem o produto final do processo de implementação programa da ONU-Habitat dedicado à resiliência urbana – CRPP. O principal objetivo do documento passa por elucidar os governos locais, neste caso o Município de Maputo, do actual cenário da cidade, no que diz respeito à resiliência, com base nas conclusões retiradas da implementação da ferramenta metodológica do programa (CRPT), anteriormente descritas. A partir daí, pretende-se que os governos locais iniciem a preparação, correção ou implementação de iniciativas (programas, planos e / ou projetos) num contexto de governança eficiente, transparente e organizado, sob a liderança da administração pública e dentro de uma estrutura legal segura e efetiva.

As Ações para Resiliência (A4R) não são necessariamente construídas a partir do zero, e têm em consideração iniciativas existentes – em processo de implementação ou não. Além disso, as ações não estão especificamente relacionadas com o planeamento urbano, e tentam valorizar iniciativas nos diferentes sectores relacionados com os estresses identificados, para além das áreas de desenvolvimento ou ordenamento territorial.

A metodologia aplicada no desenvolvimento das A4R é robusta, mas também é flexível e o suficiente versátil para permitir a sua adaptação e replicação em diferentes contextos. Constitui um guia para a conceção de novas iniciativas ou para a modificação daquelas já implementadas com o intuito de promover a resiliência e o desenvolvimento sustentável dos governos locais, com foco nas particularidades de cada contexto.

Resumidamente, as A4R constroem evidências para modificar e / ou melhorar as iniciativas existentes assim como propõem novas estratégias, com base numa nova abordagem resiliente e sustentável.

A A4R apresenta, como valor adicional, o desenvolvimento de uma visão compartilhada entre os atores, através de um processo de participação consensual, alinhado com os marcos da agenda internacional.

Este documento está dividido em três capítulos que descrevem as etapas do desenvolvimento do CRPP:

- Cenário actual: Identificação e elaboração do perfil da cidade.
- Cenário de tendência: Potencial impacto de planos, políticas e iniciativas atuais
- Cenário resiliente e sustentável: Formulação das Ações para a Resiliência (A4R)

Construção do cenário actual: Identificação e elaboração do perfil da cidade

O cenário actual é caracterizado por dados resultantes de indicadores multidisciplinares quantitativos e qualitativos (SMART¹: específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e oportunos), visitas de campo e conhecimento local. Paralelamente, deve ser realizada uma análise sobre como o actual sistema de governança funciona na cidade.

Os indicadores que revelam fragilidades no sistema urbano são agrupados por temas que, combinados de forma multidisciplinar, formam uma composição de estresses específicos do contexto. Nesse cenário, são analisados os impactos dos choques mais recorrentes e a forma como a cidade responde aos mesmos: medidas de prevenção e que tipo de resposta são levadas em consideração.

A compilação destes dados representa uma perspetiva geral da caracterização da cidade. A vulnerabilidade do sistema urbano aos choques impede a realização do cenário resiliente. As fragilidades internas do sistema urbano impedem a realização do cenário sustentável.

¹ United Nations Development Programme (UNDP). (2009).

Handbook on planning, monitoring and evaluating for development results. Pg – 63

Construção do cenário de tendência: Potencial impacto de planos, políticas e iniciativas atuais

O cenário de tendência é construído sobre o cenário actual, analisando os efeitos que as iniciativas atuais (políticas, projetos, programas e planos) – aprovadas ou não – pretendem provocar no sistema urbano. A relevância desta análise está na sua capacidade de propor correções potenciais a certas tendências negativas ou de incluir problemas anteriormente ignorados nos resultados previstos. O cenário de tendência é o responsável por desencadear a formulação de Recomendações para Ações de Resiliência. Da mesma forma, o cenário resiliente e sustentável é o resultado da aplicação das Ações para a Resiliência ao cenário de tendência e, portanto, apresenta um processo de transformação realista do sistema urbano.

Construção do cenário resiliente e sustentável: Formulação das Ações para a Resiliência (A4R)

As Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade (Af4) são organizadas de acordo com o(s) estresse(s) que procuram abordar, a sua capacidade de implementação e o escopo territorial ao que se aplicam. Embora as duas primeiras categorizações ofereçam uma infinidade de ações reais para alcançar um sistema urbano resiliente, por meio da identificação do escopo territorial, as ações podem proporcionar mudanças no sistema urbano que apoiem a incorporação da sustentabilidade de longo prazo na cidade.

Quadro conceitual

O conceito de resiliência urbana e sustentabilidade é complexo e multidimensional. A abordagem para avaliar a resiliência de uma área urbana é formada pelas relações sistêmicas entre os diferentes sectores urbanos e partes interessadas e as diferentes lentes através das quais as questões urbanas podem ser compreendidas.

Os principais conceitos que deverão ser tidos em consideração no processo de construção de cidades resilientes e sustentáveis são: o sistema económico inerente, o nível de pobreza, a segregação social, a desigualdade social, a degradação ambiental, a falta de cobertura e acesso a serviços básicos e a gestão do metabolismo urbano. Ao mesmo tempo, a partir desses conceitos, surgem estresses associados – por exemplo, a segregação social ocorre devido: à falta de redes sociais tanto na escala do bairro como na escala urbana, à falta de cooperação interinstitucional e entre os cidadãos e as administrações, a um quadro legal ou regulamentar inadequado, ao nível de insegurança ou à percepção que os cidadãos têm da mesma, à proliferação de assentamentos precários, a desequilíbrios territoriais, periferias degradadas,...

Os estresses também são caracterizados pela combinação de diferentes temas, uma combinação que define as particularidades de uma cidade específica. A singularidade de cada cidade é através de uma composição de elementos transversais e de estresses interligados, uma dinâmica que deve ser levada em consideração na implementação de diferentes iniciativas.

CRPP: processo de implementação em Maputo

O envolvimento do Município de Maputo no processo de implementação da CRPP como cidade-piloto começou no último trimestre de 2016, com a apresentação do escopo e da metodologia de trabalho para as principais autoridades e foi consolidado no segundo semestre de 2017 através de um Memorando de Entendimento preparado de forma colaborativa pela ONU-Habitat e o Município de Maputo. Durante este período, a ONU-Habitat selecionou um Ponto Focal da cidade que, após passar por treinamento em resiliência urbana e na CRPT, particularmente na recolha e análise de dados, seria responsável pela implementação direta da CRPT em coordenação com o Município. Posteriormente, o Município atribuiu mais dois (2) Pontos Focais Municipais para apoiar diretamente o processo de implementação da CRPT. A ONU-Habitat realizou 4 visitas de campo para um maior envolvimento e treinamento com os principais parceiros da cidade.

A CRPT foi implementada em Maputo na sequência do processo de recolha de dados, do envolvimento de atores chave, do processo de análise e de diagnóstico e das recomendações de ações para a resiliência. Os Pontos Focais lideraram o processo de recolha de dados através de pesquisas, reuniões técnicas e workshops entre os diferentes sectores. Os workshops tinham como objetivo, não só o preenchimento dos dados necessários, mas também o treinamento dos técnicos, vereadores municipais e outros atores relevantes, no entendimento do conceito de resiliência urbana e a sua natureza transversal.

A partir das diferentes fases de recolha de dados, surge um primeiro panorama geral da cidade, o qual fornece uma visão contextual geral, bem como o seu perfil de resiliência, que inclui a análise de desempenho e dos principais atores. Estes, posteriormente, foram compilados num diagnóstico, que foi apresentado e verificado durante o workshop de Diagnóstico realizado em novembro de 2018. Os principais resultados deste workshop são os Eixos de Ação, nos quais as Recomendações de Ações para Resiliência e a Sustentabilidade são baseadas. Em março de 2019, as ações propostas foram apresentadas aos atores envolvidos no workshop Ações para Resiliência com o intuito de desenvolver uma metodologia consensual para o desenvolvimento resiliente e sustentável de Maputo. Estes resultados foram apresentados no lançamento oficial do Perfil da cidade e Ações para Resiliência e a Sustentabilidade no final de março de 2019.



Imagem: Maputo, Mozambique. Source: Farah Nabil (2017).

Figura: Linha-do-tempo da implementação do CRPP em Maputo. Fonte: CRPP (2019).



- Etapas Fundamentais
- Principais etapas na implementação
- Outros workshops / missões
- Participação de Maputo em eventos

Sumário Executivo

Sumário Executivo

Lógica do Cenário actual: dados coletados e análise

O resultado da análise realizada em Maputo apresenta, como uma fotografia, o cenário actual; isto é, a situação da cidade em relação à resiliência. Esta imagem fixa, completa-se também com uma análise e mapeamento dos atores e do marco de governação, junto dos fAtores externos/exógenos (choques), internos/endógenos (estresses) e condicionantes identificados como prioritários na cidade.

Para a análise estatística, os indicadores foram agrupados em oito grupos temáticos (elementos urbanos) que oferecem uma informação de carácter setorial, nomeadamente: ambiente construído, cadeia de suprimentos e logística, infraestrutura básica, mobilidade, inclusão e proteção social, serviços públicos municipais, economia e ecologia.

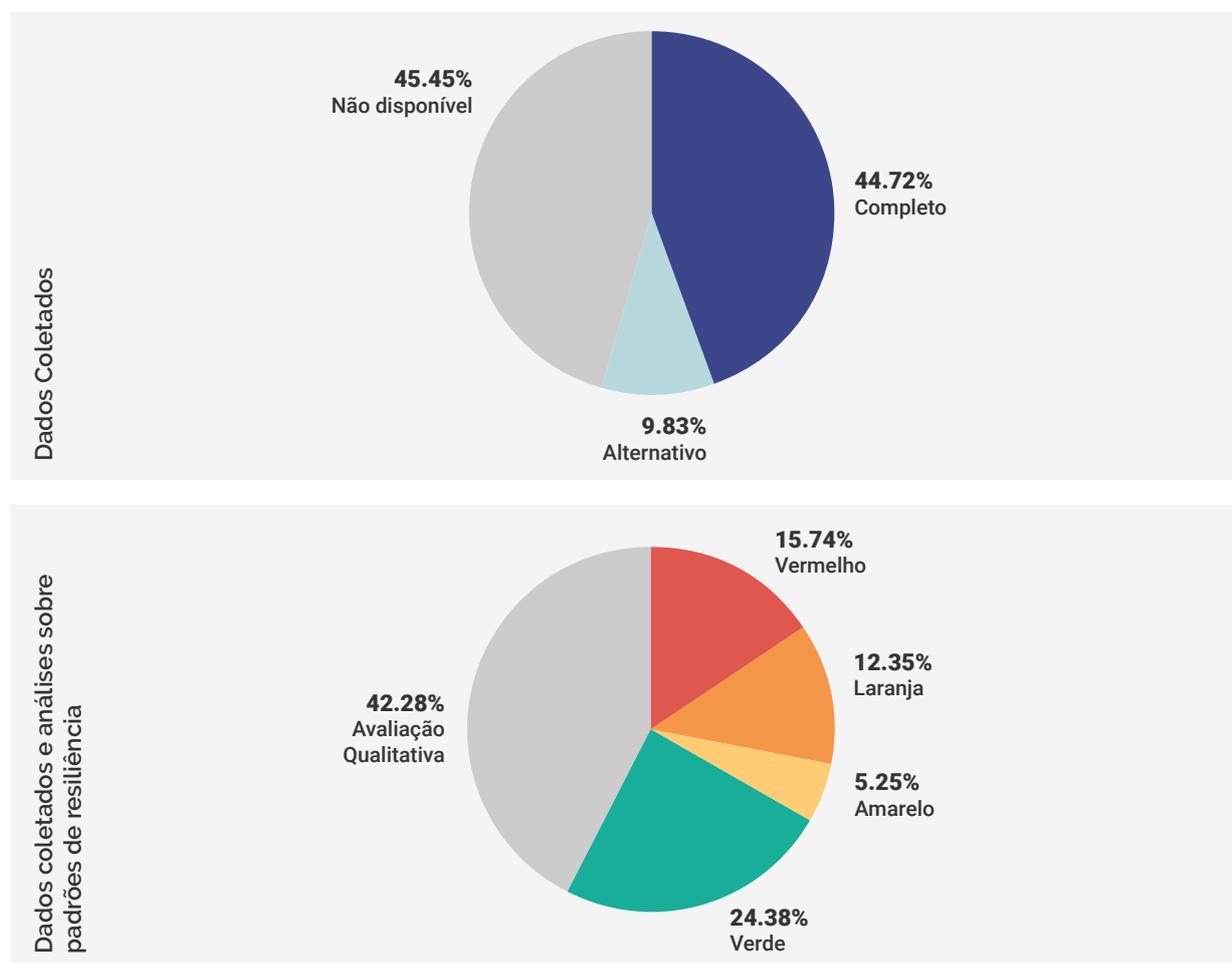


Figura: Visualização dos resultados após a recolha dos dados e da avaliação dos mesmos em relação à resiliência.

Fonte: CRPT (2019).

Após a análise inicial, vê-se que foram recolhidos 55% dos indicadores; o qual é compreensível considerando que é a primeira vez que se realiza uma pesquisa desta natureza e em muitas ocasiões não foi possível responder à pergunta exacta. Contudo, isto reforça também a necessidade do Conselho Municipal levar a cabo de forma sistemática uma recolha de dados dos vários sectores e a sua correspondente actualização. A informação disponível e actualizada ajuda na tomada de decisões e na priorização de acções.

Em relação à resiliência, a cidade de Maputo ainda tem muito trabalho pela frente. Pouco mais de 25% dos resultados indica que a cidade está bem ou razoavelmente bem em relação a esta questão, mas sem esquecer que existe algo mais de 40% das informações não disponíveis. Uma vez analisados todos os resultados, há algumas conclusões que são partilhadas por todos os elementos urbanos:

- Há falta generalizada de dados e informações confiáveis que ajudem a avaliar o desempenho de cada um dos sectores. É necessário melhorar o sistema de recolha, análise e actualização da informação existente no Conselho Municipal, de forma que a instituição possa fazer uso da mesma para melhorar a receita, identificar novas intervenções, priorizar acções e negociar com outros agentes.
- Embora exista uma legislação muito actualizada (quer da nível nacional, quer da nível municipal), é necessário divulgar as actualizações da legislação entre os técnicos do Município e trabalhar mais sua observância efetiva.
- Ainda hoje é comum a mistura de conceitos entre resiliência e emergência; existindo a ideia errônea que uma cidade resiliente é aquela que responde às emergências com prontidão, sem importar essa capacidade de “recuperação” após um desastre ou pensar numa cidade resiliente que “tem sorte pois quase não acontecem emergências”.

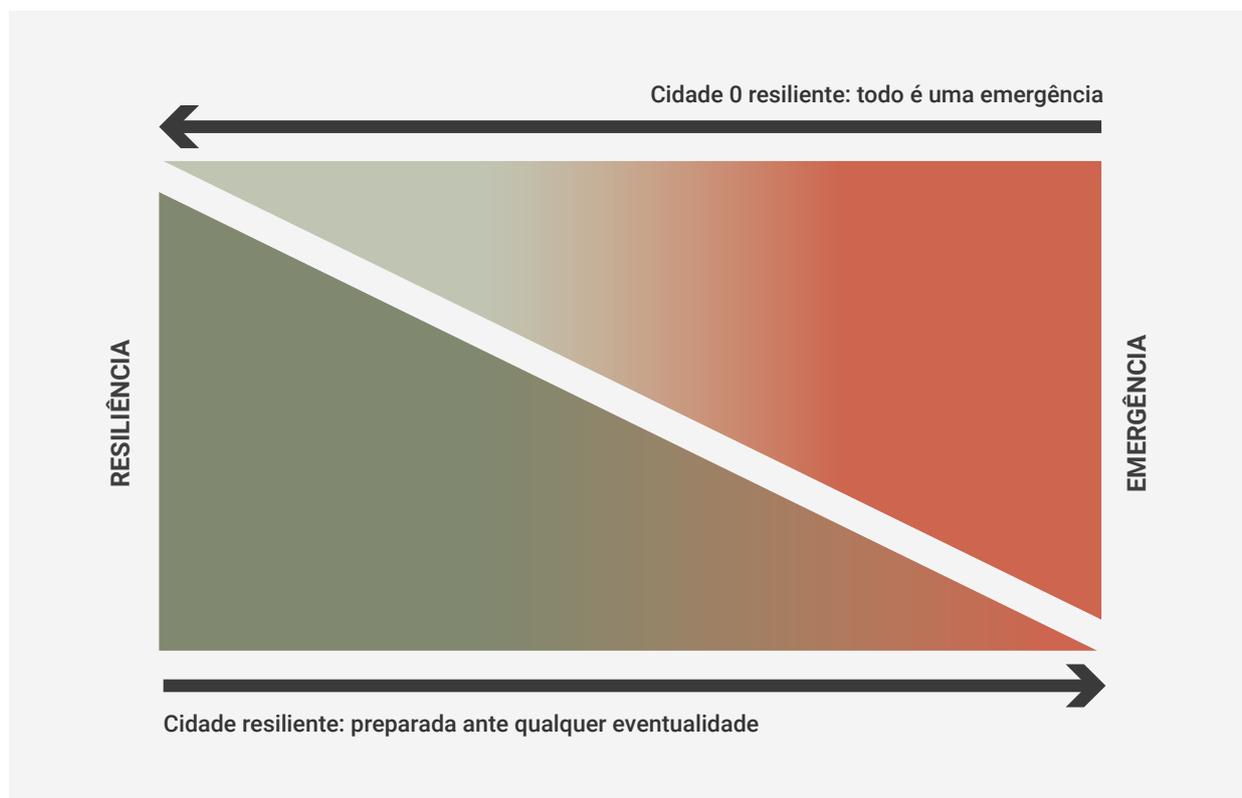


Figura: Resiliência e emergência. Fonte: CRPP (2019).

A seguir destacam-se as principais conclusões de cada um dos elementos urbanos:

Ambiente construído

- Rápido crescimento de Maputo que dificulta o planeamento do território.
- Proliferação de assentamentos informais, onde mora 70% da população da cidade.
- 35% das moradias estão localizadas em áreas perigosas e ambientalmente sensíveis (com a consequente degradação dos ecossistemas).

Cadeia de suprimentos e logística

- Grande dependência da África do Sul para productos básicos (alimentos, principalmente), de preço mais elevado (o que aumenta a inequidade)
- Fraca rede viária interna no país

Infraestrutura básica

- Redes de água e energia elétrica não eficientes nem confiáveis. Grande desperdício de água potável e insuficiente aproveitamento das águas pluviais.
- Deficiente tratamento das águas residuais (problemas de saúde e do meio ambiente), com 50% da população sem acesso a serviços seguros de tratamento.
- Carvão (63,5%) e lenha (14,9%) como principais combustíveis domésticos (deterioramento do meio ambiente).
- Problemas do meio ambiente derivados da nula aplicação das 3R (Reduzir, Reutilizar e Reciclar).

Mobilidade

- Alto nível de congestionamento devido a vários fatores (economia informal, etc.)
- Ambiente urbano desfavorável (passeios em mau estado, semáforos não funcionais, etc) o que dificulta e faz perigosas as deslocações a pé
- Estruturas normativas e institucionais pouco claras, insuficientes para atender a demanda.

Serviços públicos municipais

- Existe património e actividades culturais, mas com divulgação desigual na cidade (mais uma amostra da iniquidade/ desigualdade social)
- Elevado nível de insegurança na cidade (principalmente na periferia), sendo necessário aumentar a iluminação pública
- Malária e HIV como questões chave de saúde pública

Inclusão e proteção social

- Limitado envolvimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC)
- Grande pressão sob as unidades escolares (muita demanda, instalações superlotadas)
- Instalações sanitárias da cidade sob grande pressão (pela proliferação de casos de malária em certas épocas do ano).
- Pouca atenção às pessoas portadoras de necessidades especiais (problemas de acessibilidade, etc.)

Economia

- Alto nível de emprego informal (52%).
- Alta percentagem de desemprego (28,9%), especialmente entre os jovens (39,7%).
- Desigualdade e iniquidade (tanto a nível municipal como nacional).
- Baixa receita coletada ligada ao uso da terra e às propriedades imobiliárias.

Ecologia

- Altos níveis de poluição.
- Começam a surgir iniciativas que encorajam a manutenção dos ecossistemas, mas que devem melhorar a sua implementação e ser monitoradas e fiscalizadas pelo Município.

A metodologia apresenta os resultados de forma muito visual, tipo semáforo: vermelho para os indicadores mais críticos, laranja e amarelo para situações intermédias e verde para os que estão em uma situação satisfatória.

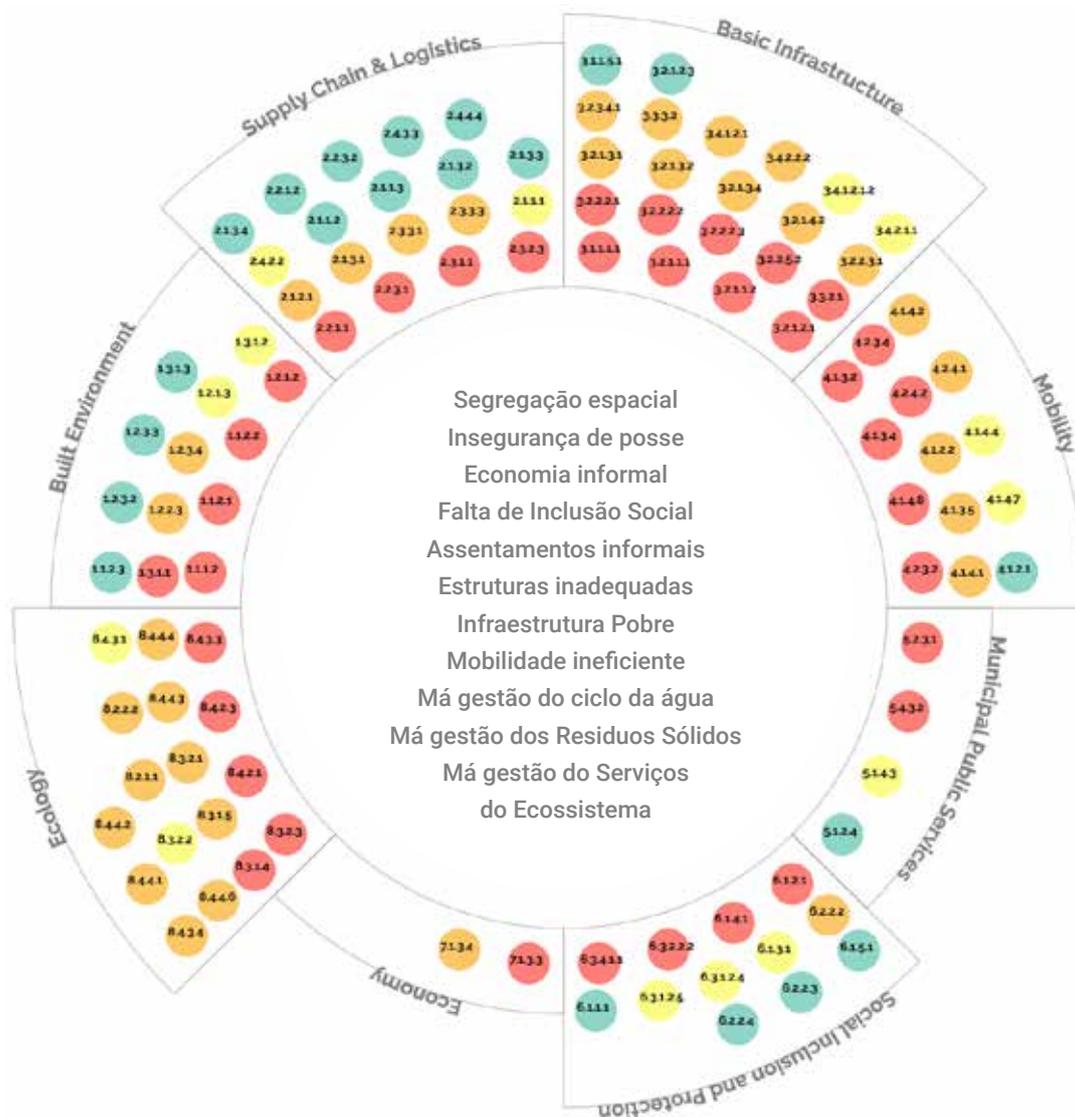
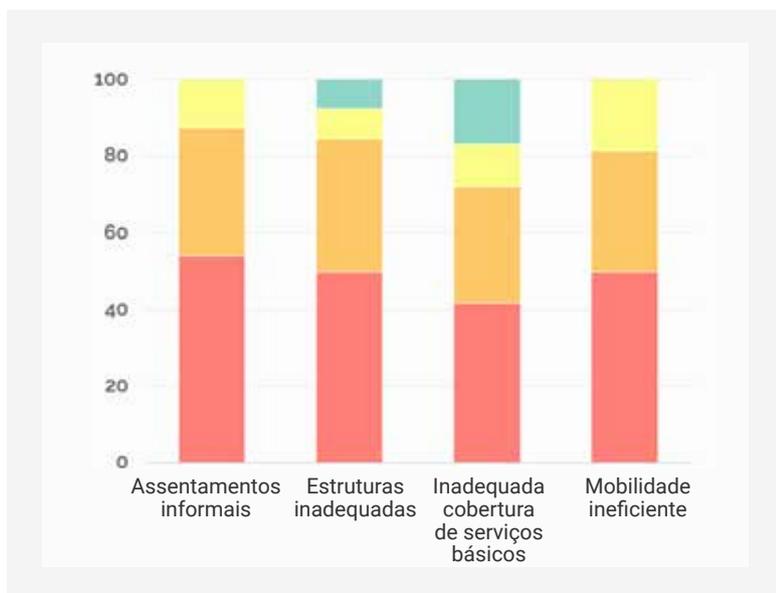


Figura: Cenário actual de Maputo. Identificação dos stressores a partir do estudo de elementos urbanos. Fonte: CRPT (2019).

Como resultado desta análise estatística dos dados, e seguindo a metodologia do CRPP, foram identificados os stressores da cidade. Estes são definidos como pressões dinâmicas crónicas e contínuas originadas dentro de um sistema urbano com potencial para impactos cumulativos na habilidade e capacidade do sistema para alcançar os seus objetivos. Foram agrupados em três grandes stressores ou questões endógenas que condicionam a cidade em relação à resiliência, nomeadamente:

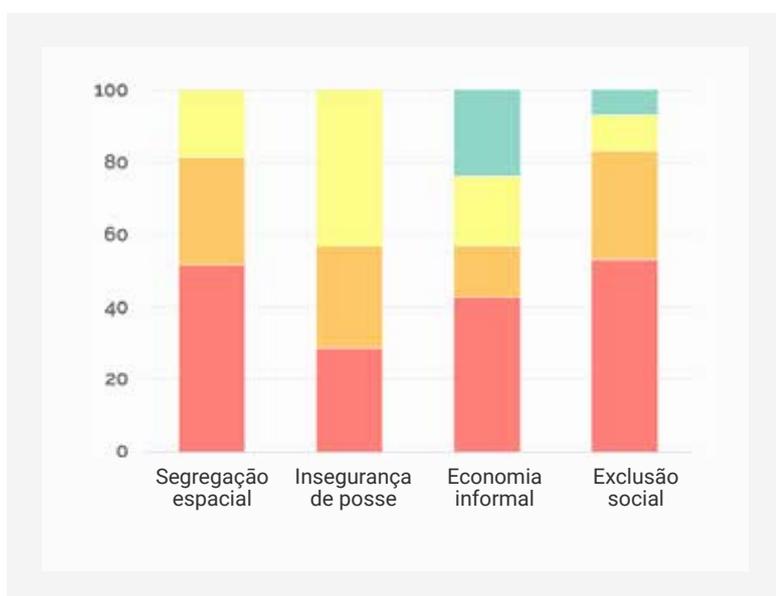
1. Urbanização rápida e sem regulamentação
2. Inequidade sócio-económica
3. Gestão ineficiente do metabolismo urbano

Dentro de cada uma destas grandes áreas foram definidos stressores (fAtores de stress). Stressores e stressores foram confirmados pelo Município numa serie de oficinas de trabalho e encontros bilaterais realizados ao longo de todo o processo de trabalho na cidade.



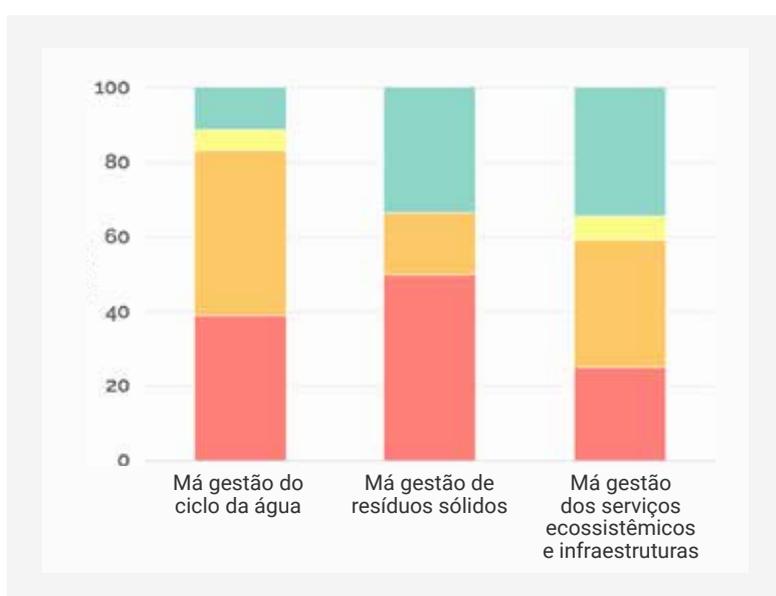
Urbanização rápida e sem regulamentação

- Assentamentos informais
- Cobertura inadequada das infraestruturas básicas - infraestruturas pobres
- Estruturas inadequadas causadas pelo incumprimento inadequado de leis e regulamentos
- Mobilidade ineficiente



Desigualdade socio-econômica

- Segregação espacial - Zonificação
- Insegurança na posse da terra
- Economia Informal
- Falta de inclusão social



Gestão ineficiente do metabolismo urbano

- Gestão do Ciclo da Água
- Gestão de Resíduos Sólidos
- Gestão e recuperação dos principais ecossistemas

Figura: Relação do desempenho negativo dos indicadores CRPT e a geração de estressores por cada respectivo estresse.
 Fonte: Elaborado pelo CRPP com informações do processo de levantamento de dados de CRPT (2019).

Existem também causas exógenas ou externas que afectam claramente a cidade, são os chamados choques. Estes são definidos como eventos incertos, abruptos ou de início longo, que têm potencial para impactar o propósito ou objetivos de um sistema urbano.

Dentre a classificação internacionalmente estabelecida para estes fatores e com base na supracitada análise qualitativa realizada, cinco choques são prioritários em Maputo:

Natural: Seca, Onda de Calor, Inundação e Ciclone

Biológico: Malária

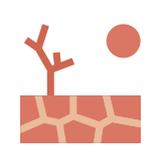
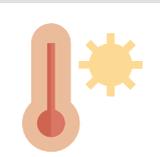
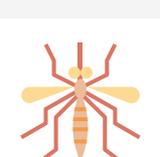
	Seca
	Onda de calor
	Inundação
	Ciclone Tropical
	Malária

Figura: Choques prioritários em Maputo. Fonte: CRPT (2019).

Com o propósito de priorizar os choques em Maputo, foram considerados os seguintes critérios:

- a. A avaliação da magnitude que cada um constitui na população, recursos e processos
- b. Estudo da recorrência de eventos e dos seus impactos em diferentes áreas da cidade e na sua população.
- c. Análise de como os diferentes choques atuam nos distintos elementos e componentes do sistema urbano, considerando as interdependências entre essas partes constituintes do sistema urbano.
- d. As projeções das tendências de alterações climáticas em Maputo e como estas tendências podem agravar os impactos dos choques identificados.

Deve-se referir que a cidade de Maputo e o desenvolvimento do seu perfil de resiliência com a UN- Habitat, constituiu um caso de estudo para o Projeto "Global users copernicus change service" (Glorious), desenvolvido por Lobelia para Isardsat. Isto permitiu, graças aos dados fornecidos por satélites europeus e em base a modelos definidos e calibrados,

obter informação chave sobre as tendências das mudanças climáticas na cidade. Estas tendências indicam o aumento das temperaturas e a probabilidade de tempestades e inundações, que podem afetar a incidência da malária.

É necessário colocar todos estes estresses, estressores e choques no contexto geral da governação do Município de Maputo, porque existem condicionantes contextuais, que são ao mesmo tempo desafios e áreas de oportunidade, que é necessário conhecer e que também devem ajudar-nos a estruturar as estratégias de ação. São, de facto condicionantes que, devidamente dirigidos ou orientados, podem ser aliados para reforçar a resiliência da cidade.



Figura: Vinculação dos choques e estresses com outros condicionantes ou áreas de oportunidade. Fonte: CRPT (2019).

Da análise da governação e atores relevantes para a implementação de iniciativas, obteve-se informações chave; dentre outras:

- O Governo Local e o Governo Nacional permanecem altamente conectados apesar da existência de políticas de descentralização, que consideram o Governo Local (municípios) como órgãos autônomos.
- Significativa influência e participação de instituições relevantes no Desenvolvimento Municipal, entre as quais se incluem parceiros no âmbito do desenvolvimento e cooperação, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, as Embaixadas e as Nações Unidas.
- A falta de uma coordenação eficaz entre os atores atuando no nível local é uma condicionante à gestão sustentável dos fundos alocados para implementação de várias iniciativas, bem como a redundância de intervenções e funções.
- Há uma necessidade significativa do fortalecimento da ação coordenada, assim como, dos processos de comunicação entre os atores.
- Os dados gerais sobre o papel dos atores na redução do risco e as relações entre os mesmos são limitados. Os dados disponíveis, no entanto, indicam papéis relativamente dominantes das agências e órgãos nacionais no desenvolvimento e implementação de medidas e estratégias de redução de riscos.
- Parece haver um bom nível de coordenação entre os atores nacionais e locais em termos de resposta a emergências e ajuda humanitária em casos de catástrofes. No entanto, poucos dados são encontrados sobre como esses atores estão interligados e cooperam em relação às medidas de mitigação de riscos a longo prazo.

Como apenas os atores reconhecidos e reunidos durante as oficinas técnicas com o governo local e na documentação existente foram considerados na análise, emergiu uma evidente necessidade de maior reconhecimento da importância, perspectivas e contribuições dos atores privados, Organizações da Sociedade Civil e, mais criticamente, grupos em situações vulneráveis, que também devem estar fortemente conectados com o Governo Local.

Lógica do Cenário de Tendência: quadro legal e normativo

Uma vez que é reconhecida a existência de inter-relações entre os vários elementos dentro de uma lógica urbana sistêmica, são propostas Ações para a Resiliência (A4R - Actions for Resilience). Estas devem focalizar-se à correção e reorientação das políticas públicas em todos os aspetos relacionados aos estresses identificados, potenciais choques esperados e fatores determinantes do contexto. A partir daqui, trabalha-se num Cenário Tendencial, avaliando como a aplicação de políticas, programas, iniciativas e projetos no portfólio afetaria a resiliência da cidade: se melhoraria, pioraria ou permaneceria igual.

O Cenário de Tendência surge como consequência de cruzar o Cenário actual com as políticas, planos e estratégias elaborados e/ou aprovados; pois estes documentos devem orientar a direção para a qual se vai encaminhar a cidade.

Como apresenta a figura *Processo de construção de um cenário resiliente e sustentável*, conhecendo o Cenário actual e cruzando o mesmo com todos os planos, políticas e projectos existentes, a situação mudaria completamente: aumentaria consideravelmente o número de verdes na visão geral dos indicadores.

Não é a falta de planos, políticas e estratégias o que retém Maputo na situação actual. Moçambique é um país com uma legislação muito avançada e Maputo é uma cidade onde foram realizados muitos estudos, pesquisas, planos e estratégias. 79 documentos existentes foram compilados e analisados, incluindo documentação relacionada ao planeamento do setor, desenvolvimento ou planeamento territorial; em qualquer nível administrativo e em qualquer estado de aprovação.

Após uma primeira análise da documentação, fica claro que:

- 12 dos documentos são locais.
- Apenas 7 dos documentos locais foram oficialmente aprovados.
- Os estresses analisados aparecem em vários dos documentos.
- Algumas políticas, estratégia e legislação existente não se aplicam e, às vezes, nem são conhecidas.

Portanto, podemos dizer que o objetivo desta análise e proposta de ações para a resiliência:

- Não se trata de criar novas leis; trata-se de aplicar efectivamente as que já existem.
- Não se trata de elaborar mais um estudo ou análise; trata-se de ver a aplicabilidade daqueles que já foram realizados considerando aspectos que, se calhar, ficaram de lado: a sustentabilidade e a capacidade real do Município.

Em base a esta óptica de analisar o bom que o Município tem, os trabalhos que são realizados com sucesso nas áreas prioritárias (estresses identificados) e a importância na sustentabilidade de qualquer intervenção, são propostas Recomendações de Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade (RAR-S). São ações aterradas à realidade, que partilham a responsabilidade dos vários Atores e visam melhorar a capacidade de resiliência da cidade, não de um dia para outro, mas sim de dentro para fora.

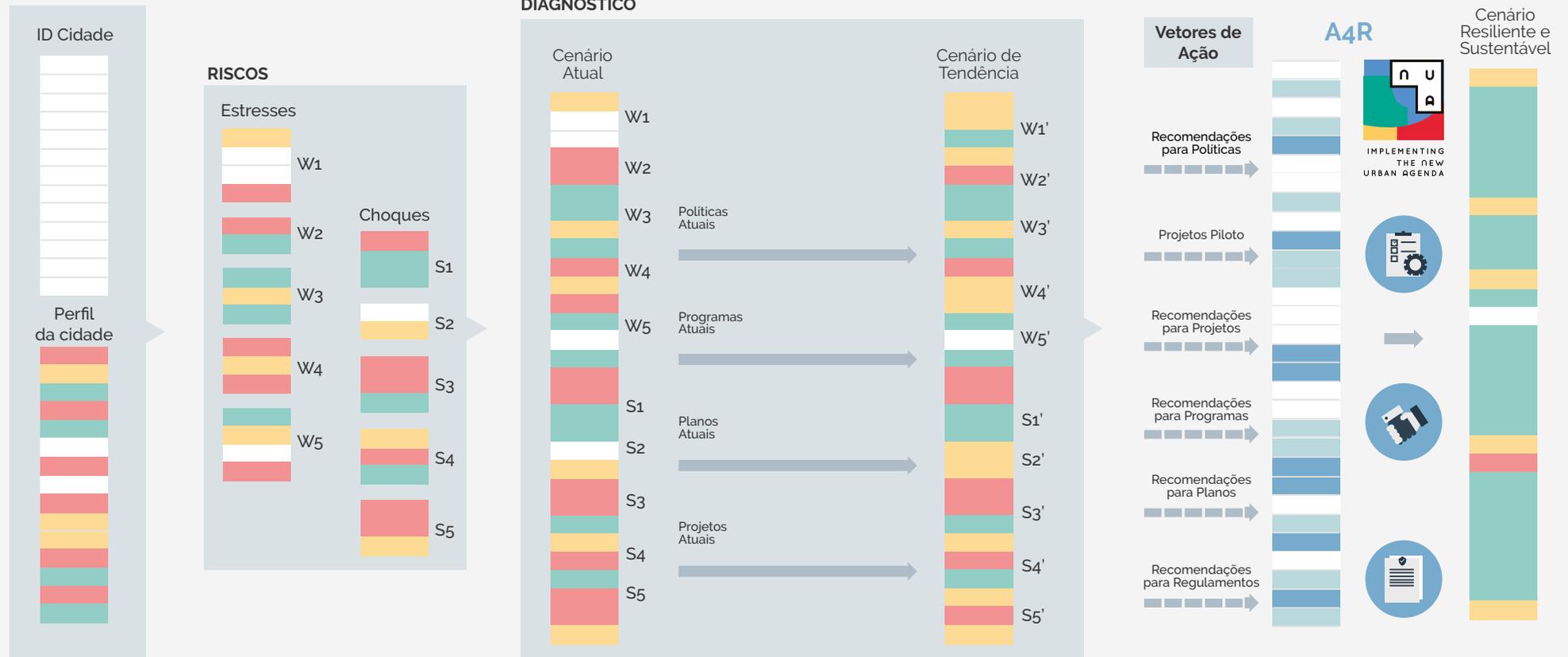


Figura: Processo de construção de um cenário resiliente e sustentável. Fonte: CRPP (2019).

Lógica do Cenário Resiliente e Sustentável: ações para a resiliência

A proposta de Ações para a Resiliência baseia-se na organização das mesmas em três linhas de ação distintas, tendo em conta a realidade do município de Maputo, que trabalha conjuntamente e coopera com diversas organizações nacionais e internacionais para alcançar objetivos comuns.

São propostas que resultam do cruzamento de várias perspectivas ou abordagens:

Considerando o grau de participação / responsabilidade que o Município tem ou pode ter na sua implementação. Assim foram definidos três níveis:

1. Implementação Direta:

O Município pode implementar estas ações diretamente, pois estas dependem da sua própria decisão e / ou competência. Este grupo constitui todas as medidas propostas pela administração, já aprovadas ao nível local.

Exemplo: Colocação de elementos que impeçam o estacionamento nos passeios, promovendo a recuperação dos mesmos para os peões, especialmente aqueles coletivos mais vulneráveis (pessoas com mobilidade reduzida, crianças, idosos, etc).

2. Acordo:

O Município pode induzi-las através de consultas com outros atores ou agentes competentes, mantendo a capacidade de liderança e/ou exercer pressão de forma pró-ativa, para assegurar que esta medida seja implementada. Nelas o peso de outros atores, como, por exemplo, o setor privado ou organizações da sociedade civil, é relevante.

Exemplo: Introduzir a recolha separativa de lixo, sendo necessário identificar os possíveis atores interessados em um ou outro tipo, envolvimento da sociedade civil para a deposição correta, etc.

3. Pressão:

Medidas de pressão são aquelas que não são aprovadas ou aquelas feitas em um nível diferente do nível local. São questões que afetam diretamente ao Município, porém ele não possui instrumentos para realizar essa ação. Assim só pode exercer pressão para a sua implementação efetiva, pois eles dependem de instituições de nível superior e exigem mudanças legais ou de competência.

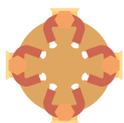
Exemplo: Definição do nível administrativo região metropolitana, identificando serviços e competências a partilhar (transporte, resíduos, água, etc.), responsabilidades, pagamentos, gestão e outros.

Considerando alguns condicionantes existentes como áreas de oportunidade a potenciar, aproveitando as experiências passadas, aprendendo delas e olhando para o futuro com uma nova perspectiva. Estas áreas de oportunidade são:



1. Legislação:

O momento actual, relativamente à legislação em vigor, planos e políticas existentes e/ou previstos e/ou aprovados.



2. Recursos humanos:

A equipe existente no Município, a sua estrutura e organização (olhando para a necessidade de coordenação entre alguns departamentos/direcções assim como para evitar superposição ou duplicações de esforços).



3. Gestão da informação / Memoria Institucional:

A “memória” ou capacidade de gestão da informação que o Município dispõe (ligando os dois elementos anteriores), pois as pessoas passam mas as instituições permanecem.



4. Replicação e difusão de ações de excelência:

Experiências ou ações de sucesso que estejam em andamento ou que já aconteceram, com o objectivo de continuá-las ou replicá-las.



5. Responsabilização dos Atores:

O papel do Município como “gestor da cidade”, devendo partilhar deveres e responsabilidades com munícipes e sector privado.

Com base na identificação de estresses e choques feitos no cenário actual, foram definidas quatro áreas críticas de ação para enquadrar as Recomendações das Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade propostas, nomeadamente: Informalidade Urbana, Transporte e mobilidade urbana, Gestão do metabolismo urbano e Gestão e recuperação dos principais ecossistemas.

O critério para definir essas áreas críticas de ação tem sido a oportunidade de gerar ações para abordar questões de difícil separação; como por exemplo, a informalidade da falta de infraestrutura, a economia informal da segregação espacial e a situação da terra...etc. Outros problemas são mais fáceis de diferenciar, como é a mobilidade. Pode-se dizer que esse fator de estresse é o único que tem uma identidade própria que permite definir soluções mais precisas.

Juntamente às áreas críticas se identificam três ações integradoras: a Revitalização do Arquivo Municipal, a Revisão do Plano de Estrutura Urbana (PEUMM) e a Criação de uma Unidade de Resiliência (UR). Estas três ações aparecem graças à análise de oportunidades em âmbitos como a legislação, os recursos humanos, a gestão da informação e a memória institucional, a replicação de iniciativas de excelência e o envolvimento dos atores.

Ações integradoras para a resiliência

Para além das propostas apresentadas por área crítica de atuação, foram propostas três ações consideradas de grande impacto nas diferentes áreas abordadas e que integram de alguma forma todas as anteriores. Essas ações podem ser consideradas de implementação e responsabilidade direta do Conselho Municipal e representam um mecanismo de apoio para a implementação das outras ações propostas:



Revitalização do Arquivo Municipal

Existe pouca consciência do passo das pessoas pelas instituições mas da permanência das mesmas. Daí a importância e necessidade de deixar registo das actividades desenvolvidas, a sua constante actualização e conhecimento da existência dessas informações (para poder fornecer dados quando necessários).

Nos últimos anos, a estrutura e organização do Arquivo Municipal melhorou consideravelmente. A melhoria das instalações e a formação dos técnicos obtiveram o reconhecimento do CEDIMO. O Arquivo Municipal está agora em condições de apoiar o resto dos departamentos municipais em algumas das áreas já referidas, por exemplo:

- Gestão da legislação, a divulgação de actualizações legislativas e formação interdepartamental. Também poderia apoiar o Gabinete Legal do município.
- Registo dos projectos realizados com sucesso para a sua replicação, apresentando informações sólidas para preparar propostas e solicitar o apoio doutros atores.
- Criar a memória institucional do Município e divulgá-la de forma que o sentimento de pertencer à cidade de Maputo faça aos municípios mais comprometidos com a sua cidade e garanta a sustentabilidade das ações implementadas.



Revisão do Plano de Estrutura Urbana (PEUMM)

O Plano de Estrutura Urbana é a ferramenta que orienta a organização espacial e territorial do Município. Segundo a Lei de Ordenamento do Território estes planos têm uma vigência de dez anos. A cidade de Maputo está agora numa excelente posição para abordar a revisão e actualização do PEUMM, uma vez que existe uma maior consciência dos riscos a que está exposta e dos problemas colocados pelas alterações climáticas, assim como da importância de ser uma cidade resiliente. Os choques e estresses apresentados no presente relatório como resultado da coleta e análise dos indicadores e da leitura de documentos e legislação diversa devem orientar na revisão do PEUMM.

- O PEUMM foi aprovado em 2008. Propõe-se a revisão e actualização deste instrumento, quer pela observância dos prazos estabelecidos pela lei, quer pelas grandes mudanças e novos desafios que Maputo tem frente. Esta ação constitui uma grande oportunidade para estabelecer as principais linhas do que a cidade deve ser no futuro, graças à experiência dos 10 anos de validade do PEUMM.
- A experiência em colaboração com organizações nacionais e internacionais está disponível, o que deve permitir enfrentar com sucesso os desafios que a cidade enfrenta considerando seu carácter como região metropolitana.



Criação de uma Unidade de Resiliência (UR)

A Resiliência é uma abordagem, uma maneira de olhar que devem partilhar todos os departamentos e repartições do Conselho Municipal, mas leva tempo ajustar-se a esta nova visão. A cidade de Maputo enfrenta uma situação complexa no que diz respeito à exposição ao choques e estresses. Ter uma Unidade de Resiliência que ajude a incorporar os critérios de resiliência e a consciência de trabalhar de forma coordenada melhoraria a capacidade para resolver problemas e reduzir os efeitos das tensões às quais a cidade está exposta.

- Propõe-se a criação de uma Unidade de Resiliência (UR) dentro da estrutura do Conselho Municipal de Maputo, que sirva para fornecer a visão de resiliência urbana e apoiar o resto da estrutura municipal. Foram produzidos no âmbito do projecto uns Termos de Referência (TdR) para esta possível UR, devendo ser discutidos e analisados pelo Conselho Municipal para a adequação que melhor se considere.

Áreas críticas de ação



Informalidade Urbana

Esta área crítica de ação está muito ligada à rápida urbanização e sem nenhuma regulamentação. Atuar nessa linha melhorará a situação dos assentamentos informais e, ao mesmo tempo, melhorará o status e a cobertura da infraestrutura básica.

Deve-se notar também que a intervenção nesta área reduzirá também as desigualdades socioeconômicas. Para isso, devem ser desenvolvidas com sucesso políticas inclusivas que contribuam para o desenvolvimento econômico dos habitantes das áreas informais, melhorando assim a sua capacidade de acesso aos serviços básicos.

Vinculada ao Arquivo Municipal

Exemplo ação 1:

Continuidade da metodologia de trabalho implementada no Projecto HABITAT de Arquitetos Sem Fronteiras junto do Conselho Municipal no Bairro de Chamanculo C². Trata-se de uma ação de replicação e difusão. Envolve em primeiro lugar o Município e os munícipes residentes nas zonas objecto da intervenção. E numa segunda fase, ao setor privado que deve fornecer serviços e infraestrutura básica uma vez que o traçado urbano tenha sido regularizado, permitindo assim um melhor acesso a este tipo de serviços. Esta ação proposta é também de implementação direta, supõe a continuidade ou réplica de uma metodologia de trabalho que já foi (e está sendo) implementada com sucesso, que deve ficar registada no arquivo (caso queira ser replicada no futuro). Também é uma ação que envolve o comprometimento dos três atores da cidade, o que ajuda a garantir a sustentabilidade da intervenção.

Vinculada à Revisão do Plano de Estrutura Urbana (PEUMM)

Exemplo ação 2:

Revisão e actualização da postura municipal dos DUAT / Identificação de incoerências e vazios legais - esta ação foi identificada no âmbito do Projecto HABITAT da ONG Arquitetos sem Fronteiras; quando os próprios técnicos do Município (familiarizados com os problemas e consequências desta situação) apresentaram esta necessidade como prioritária e que teria um grande impacto num assunto tão sensível como este. Trata-se duma ação de implementação direta, que deve aproveitar a legislação existente para sua actualização assim como o conhecimento e experiência do pessoal do Município nesta área

Vinculada à Criação de uma Unidade de Resiliência (UR)

Exemplo ação 3:

Envolvimento de novos atores - A UR como elemento coordenador para apoiar no envolvimento de outras instituições nesta metodologia de trabalho (ONGs, Academia e outros). Considerando a base de dados GIS que actualmente está sendo realizada no âmbito do Projecto SEC-GD³ - Plano de ação urbanístico de melhoria estratégica do bairro George Dimitrov -, a UR poderia promover a actualização da base de dados e a ampliação a outras zonas da cidade para que as informações estivessem disponíveis para os diferentes departamentos do CMM. Trata-se de uma Ação de Implementação direta que implica a coordenação dos recursos humanos de diferentes departamentos do CMM e outras instituições independentes.

² Arquitectura sem Fronteiras (ASF). (2018-2019). PROJETO HABITAT - "Defender o direito ao acesso à cidade através do reordenamento urbano participativo e ao acesso ao título de DUAT nos bairros informais de Maputo". Parceiros: Conselho Municipal de Maputo e a Ordem dos Advogados de Moçambique (Instituto de Acesso à Justiça). Financiadores: Ajuntament de Barcelona, Fundación SELAVIP, Ayuntamiento de Pamplona, Generalitat Valenciana e Cooperação Italiana.

³ Projecto SEC-GD: Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori de la Universitat Politècnica de Catalunya•BarcelonaTech. Parceiros locais: Conselho Municipal de Maputo e Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da UEM. Contacto: maputo.etsab@upc.edu ; arwen.p.gumbao@upc.edu / Financiador pelo Ajuntament de Barcelona e o Centro de Cooperación de la Universitat Politècnica de Catalunya•BarcelonaTech



Transporte e mobilidade urbana

A mobilidade urbana é um problema e consequência das características da cidade (existência de assentamentos informais com ruas inadequadas, economia informal e outros). Para ter uma visão completa do problema, tem-se de olhar para além do território municipal e reconhecer a interdependência / relação que Maputo tem com a cidade de Matola e o Distrito de Marracuene. O município de Maputo levou a cabo diferentes iniciativas, como a definição do Gran Maputo, que inclui os municípios da cidade de Maputo, Matola e Boane e uma parte do distrito de Marracuene e a criação da Agência Metropolitana de Transportes em 2018, sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes e Comunicações, dentre outros.

Todas as acções realizadas são uma consequência do trabalho coordenado do Município com outros atores (parceiros de cooperação, ONGs, ministérios e outras administrações) para melhorar a mobilidade dentro do Grande Maputo (da cidade para os pequenos bairros e viceversa). A pesar do caminho realizado, é necessário continuar a trabalhar nesta área para reduzir o problema da mobilidade, atuando ao mesmo tempo para proteger o meio ambiente e gerar melhores possibilidades para o desenvolvimento socioeconómico dos habitantes da região.

Vinculada ao Arquivo Municipal

Exemplo ação 1:

Apoiar na consolidação da identidade legal da ÁREA/REGIÃO METROPOLITANA (entidade supramunicipal), para a partilha de outras áreas de co-responsabilidade (lixo, água...) - esta ação terá seus frutos a médio-longo prazo. Trata-se duma ação de acordo que envolve a colaboração e coordenação de vários parceiros do Município (que já recebeu seus primeiros apoios da Agência Metropolitana de Barcelona e UN-Habitat); mas também uma ação de pressão. O Município de Maputo, junto das outras administrações que conformam o Grande Maputo devem pressionar pela definição "oficial" deste escalão administrativo, que seja incluso no marco legal pois vai abrir o caminho a outras cidades do país que enfrentam situações semelhantes na partilha de serviços (Beira-Dondo, por exemplo).

Vinculada à Revisão do Plano de Estrutura Urbana (PEUMM)

Exemplo ação 2:

Legislar sobre a situação do estacionamento nos passeios da cidade - este aspeto da mobilidade fica geralmente esquecido, porém todo cidadão é peão. A ação proposta visa, sob a liderança do Conselho Municipal, garantir a segurança e o trânsito dos peões nos passeios, considerando principalmente os problemas que actualmente enfrentam os coletivos mais vulneráveis (pessoas com mobilidade reduzida, crianças e idosos). Já existe legislação, mas não é aplicada. Trata-se duma ação de implementação direta que envolve aos três atores da cidade; pois cada um tem seu grau de responsabilidade. Contudo pode-se falar também duma ação de acordo pela necessidade de trabalhar com outros parceiros (ONGs, Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, etc) para educar e sensibilizar às novas gerações e garantir assim a sustentabilidade (pela mudança de atitude).

Vinculada à Criação de uma Unidade de Resiliência (UR)

Exemplo ação 3:

A unidade de resiliência deve ser uma entidade de coordenação que assegure que todos os assuntos importantes que afectam às pessoas são tidos em consideração. Concretamente, em relação à mobilidade, há certos temas transversais que devem ser colocados acima da mesa e ser trabalhados de forma conjunta: o tecido urbano (não se trata só de pôr soluções de mobilidade aos problemas gerados pelo entorno construído, mas também ver de que forma este deve ser modificado para minimizar os problemas de mobilidade); o gênero (são os sistemas de transporte seguros para as mulheres e as raparigas?); a afeção nas emissões de CO2 e outros gases de efeito estufa, e consequentemente os assuntos de saúde pública que afectam aos munícipes de Maputo como consequência das deficiências de mobilidade. A Unidade de Resiliência deve tratar cada assunto e os temas transversais que dele se derivam e que, ao mesmo tempo, o constroem.



Gestão do metabolismo urbano

Esta área crítica de ação visa melhorar a gestão do ciclo da água e dos resíduos sólidos, principalmente. Embora as competências da gestão do ciclo da água e dos resíduos sólidos pertençam a diferentes escalas (nacional e local), o desenho das ações pode ser abordado desde uma perspectiva conjunta, para aproveitar as sinergias, tentar gerar oportunidades e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento socioeconômico.

Vinculada ao Arquivo Municipal

Exemplo ação 1:

Apoiar na consolidação da identidade legal da ÁREA/REGIÃO METROPOLITANA (entidade supramunicipal), para a partilha de outras áreas de co-responsabilidade (lixo, água...) - esta ação terá seus frutos a médio-longo prazo. A actual Agência Metropolitana do Transporte foca-se só nas questões da mobilidade, sendo necessária a ampliação das suas responsabilidades para outros serviços imprescindíveis para o metabolismo urbano.

Vinculada à Revisão do Plano de Estrutura Urbana (PEUMM)

Exemplo ação 2:

Exigir a colocação de elementos para garantir a recolha e uso das águas pluviais em novos edifícios sejam aprovados pelo CM - A ação proposta consiste em que o Município garanta o cumprimento efetivo do previsto no Despacho Ministerial de 7 de Outubro de 2005 do Ministro de Obras Públicas e Habitação: obrigatoriedade de prever sistemas de captação das águas pluviais em edifícios públicos de nova construção. Esta obrigatoriedade pode ser extendida às novas edificações de caráter privado, de modo a minimizar o uso de água potável para rega e outros usos do gênero assim como as consequências da escorrentia de grandes quantidades de água pelas ruas (entupimento das sarjetas, etc.). Trata-se de uma ação de implementação direta que envolve o estabelecimento de legislação específica (de competência municipal) e a observância da mesma (RH do Município).

Vinculada à Criação de uma Unidade de Resiliência (UR)

Exemplo ação 3:

Começar com a recolha separativa de lixo orgânico / não orgânico para a elaboração de adubo (principalmente em mercados) - O Município já estabeleceu um Plano Estratégico para este sector, que apresenta uma visão abrangente para esta problemática. A ação proposta enquadra-se neste documento orientador, sendo claramente de implementação direta e de acordo, pela necessidade de envolver e trabalhar com os municípios e o sector privado. O lixo orgânico recolhido nos mercados pode supor uma receita para o Município (pela venda do produto já transformado em adubo) assim como um reforço para a atividade das machambas urbanas do Vale do Infulene (sustento económico para muitas famílias). A UR como responsável dentro da estrutura do CMM para a coordenação e planificação entre departamentos.



Gestão e recuperação dos principais ecossistemas

Apesar da relação desta área de atuação com as anteriores, ela se destacou pela sua transversalidade. Toda a legislação e documentação existentes relacionadas às áreas acima referidas também abordam questões ambientais e a necessidade de manter o equilíbrio do ecossistema.

Em Moçambique existem várias estratégias, políticas e leis nacionais, tais como a Estratégia de Mitigação e Adaptação às das Mudanças Climáticas e as sucessivas iniciativas derivadas. Além disso, o município de Maputo já leva tempo trabalhando com vários parceiros em âmbitos diferentes relacionados com o cuidado e manutenção dos vários ecossistemas existentes no seu território. É necessário continuar trabalhando nesta área para melhorar o estado e a gestão dos ecossistemas através da coordenação de iniciativas e conscientização política e cidadã.

É totalmente necessária gerar uma informação GIS robusta que seja gerida pela municipalidade e que permita ao município conhecer de primeira mão todo o que se refere aos ecossistemas associados à cidade, com o objetivo de saber exactamente o que há que proteger e não deixar que ninguém o danifique.

Vinculada ao Arquivo Municipal

Exemplo ação 1:

Trabalhar junto do Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) para incluir as questões do cuidado dos ecossistemas no currículo escolar - A situação em que se encontra actualmente a cidade é resultado da sua história e isso não se pode mudar. Contudo ainda está-se a tempo de desacelerar a deteriorização ambiental e de recuperar parte dos ecossistemas destruídos. Mas isso passa pela ação proposta, uma ação de acordo com a instituição responsável da educação (MINEDH), para incluir esta questão do meio ambiente no currículo escolar e com atividades fora da sala de aulas. A explicação da fauna e flora existente, as consequências do seu desaparecimento são alguns dos tópicos a desenvolver. O Arquivo pode disponibilizar a informação existente para a elaboração do material de divulgação, mostrando a situação existente nas décadas passadas, frente a situação actual. A realização de exposições para o público e o envolvimento da Academia pode reforçar esta conscientização.

Vinculada à Revisão do Plano de Estrutura Urbana (PEUMM)

Exemplo ação 2:

Garantir a protecção das áreas ambientalmente sensíveis (Katembe e Ka-Inhaka), identificando-as na elaboração do PEUMM e estabelecendo legislação específica. Esta ação de implementação directa supõe o cumprimento da legislação (LOT - revisão do PEU após 10 anos) e visa a aprender do acontecido durante esse período para corrigir, dentro do possível, a situação de deterioração dos ecossistemas.

Vinculada à Criação de uma Unidade de Resiliência (UR)

Exemplo ação 3:

Apoiar as iniciativas das Organizações da Sociedade Civil de limpeza de praias e outras, com pessoal e equipamento. Trata-se de uma ação de acordo, na qual o Município deve canalizar a força das OSC apoiando com o meios que tiver ao seu alcance. Estas jornadas podem vir a complementar a ação vinculada ao arquivo, juntando as turmas de escolas e criando essa abordagem mais global e sustentável. A UR teria um papel de coordenação entre as instituições envolvidas (os departamentos do CMM, as OSC e outros).

Deve ser elaborada e priorizada uma agenda municipal a partir do desenho e implementação de Ações para a Resiliência (A4R), baseada em âmbitos de oportunidade definidos. Deve ser compartilhada e estabelecer a necessidade de intervenções abrangentes, sustentadas ao longo do tempo, para além dos ciclos de governação da administração local. É necessário enfatizar que, juntamente com o processo de implementação de Ações para a Resiliência, Maputo tem como seu maior desafio a mudança do modelo urbano, imperativo para formalizar o cenário resiliente e sustentável ao qual aspira.

Finalmente, deve-se apontar que estas Recomendações de Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade são um primeiro exercício com o Conselho Municipal de Maputo. O Município conta com uma equipe técnica muito experiente e conhecedora da cidade, que deve ser a melhor promotora, implementadora e proponente de estas e outras futuras Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade.

Convida-se à cidade de Maputo a modificar o seu modelo urbano desde uma óptica resiliente, contando para isso também com os outros atores coresponsáveis na cidade para garantir a sustentabilidade.

Para mais informações sobre
o **Programa Global de Resiliência Urbana** da **ONU-Habitat**
e nosso trabalho com outras cidades:

www.unhabitat.org/urbanresilience

info@cityresilience.org

[!\[\]\(b5ee4f193e8572102e3090db2261a37f_img.jpg\)](#) [!\[\]\(fe7e3f9173c415ef49e2abadbe0eab50_img.jpg\)](#) [!\[\]\(727f5752d4969bad739be1a97800cfc9_img.jpg\)](#) [!\[\]\(306f614d3c47ce935c7fc5ee7587eef0_img.jpg\)](#) /uresiliencehub



Recomendações de Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade

MAPUTO

Este relatório apresenta de forma detalhada as principais descobertas, a análise, o diagnóstico, o atingimento do compromisso e as Recomendações de Ações para a Resiliência e a Sustentabilidade propostas para **Maputo**.